

NOVAMENTE, A REVOLUÇÃO FRANCESA

OSVALDO COGGIOLA*

RESUMO

A Revolução Francesa é possivelmente o assunto mais abordado pela historiografia. Cada geração, porém, deve realizar uma nova abordagem, certamente a partir dos conhecimentos já acumulados, e não só a partir de novas fontes, mas também de novos ângulos criados pela evolução ideológica e política dos anos mais recentes. Este artigo procura atualizar alguns temas centrais desse processo, de modo sintético, e levando em conta algumas das aproximações mais polêmicas. Resgatando, no entanto, a especificidade histórica da Revolução, ou seja, sem julgá-la em função dos seus supostos resultados de longo prazo para o país (e o mundo), o que faz cair muitas das abordagens referidas em completos anacronismos, o pior perigo para o trabalho de qualquer historiador.

PALAVRAS-CHAVE: revolução, jacobinismo, capitalismo, nobreza, burguesia.

ABSTRACT

The French Revolution is possibly the most discussed topic by historiography. Each generation, however, must undertake a new approach, certainly from the knowledge already accumulated, and not just from new sources, but also from new angles created by the ideological and political developments over recent years. This article seeks to update some central themes of this process in summary form and taking into account some of the more controversial approaches. Rescuing, however, the historical specificity of the Revolution, i.e., without judging it according to his alleged long-term outcomes for the country (and the world), which makes many of the approaches mentioned fall into complete anachronisms, the worst danger to the work of any historian.

KEYWORDS: revolution, jacobinism; capitalism, nobility, bourgeoisie.

O governo da Revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania.¹
A Revolução é o frenesi desenfreado da História.²

Dentre as transformações políticas que, do século XIII até o século XIX, foram necessárias para varrer o sistema feudal e o Antigo Regime, a Revolução Francesa foi o momento crítico. Dividindo o processo da revolução democrático-burguesa internacional em setores isolados, autores como Hannah Arendt (e seus inúmeros seguidores) chegaram a definir e até postular dois “modelos” diversos e contraditórios de transição histórica para a “modernidade”: o “democrático” (anglo-saxão: Inglaterra e EUA) e o “totalitário”, centrado e inspirado na Revolução Francesa. Mas um processo de alcance e conexões internacionais evidentes e explícitas não poderia ser simplesmente cortado em fatias, ao sabor das preferências ideológicas de cada observador. Friedrich Engels elencou as três grandes e decisivas batalhas da burguesia contra o feudalismo europeu, integrando suas diversas vertentes: 1) A Reforma Protestante na Alemanha (o “grito de guerra de Lutero contra a Igreja”); 2) A explosão do calvinismo na Inglaterra (1648), isto é, as revoluções inglesas do século XVII; 3) A Revolução Francesa, “que travou todas suas batalhas no terreno político, sem as anteriores roupagens religiosas, e da qual resultou, pela primeira vez, a destruição de uma das classes combatentes, a aristocracia, e o completo triunfo da outra, a burguesia”. A nova radicalidade ideológica foi a expressão da nova radicalidade social da revolução democrática no século XVIII.

A Revolução Francesa almejou de modo consciente acabar até com o último resquício do velho regime, alicerçado nos privilégios classistas de nascença e de sangue. Isto se estendia até o sistema educacional:

Os estudantes da Idade Média não estavam submetidos à jurisdição dos tribunais ordinários, eles não podiam ser procurados em seus colégios ou molestados pelos agentes de justiça, eles portavam uma vestimenta particular, eles tinham o direito de duelarem entre si e eram reconhecidos como uma corporação fechada, com seus códigos morais, bons ou maus.

No decorrer do tempo, com a democratização progressiva da vida pública, quando todas as outras guildas e corporações da Idade Média foram abolidas, estes privilégios de universitários se perderam em toda a Europa.³

A Revolução Francesa chegou, por isso, a fechar temporariamente as universidades, consideradas um antro da reação.

Seu caráter universal foi mais marcado que o de qualquer outra revolução democrática contemporânea. Na sua fase mais aguda, o período dito jacobino, foi definida como “o tempo da ideologia e da utopia”, inspirado numa radicalização do “Espírito das Luzes”, ou Iluminismo, puxado violentamente para a esquerda, uma radicalização plenamente confiante na razão e oposta às crenças, tradições e experiências do passado, todas elas rejeitadas em bloco. Ela foi, por isso, chamada de revolução “sensualista”, “materialista” e até “cientista”, ao ponto de ter definido a felicidade como o supremo objetivo da organização social e política, vista não como um corpo social modelado pela história, mas como uma entidade artificial, uma espécie de mecanismo de relógio, que poderia ser construído através de uma engenharia social e política baseada em princípios puramente racionais.⁴ Para realizar isso, porém, ela devia ser, paradoxalmente, absolutamente “idealista”, isto é, dar às ideias primazia absoluta no acontecer histórico. “Desvio da História”, por isso, para muitos, que não conseguem explicar o raio temporal e espacial de influência da Revolução Francesa; ou, no extremo oposto, “esse passado que é ainda nosso presente, pois nunca, na sua projeção social, a esperança dos homens foi levada tão longe”,⁵ ao ponto de mudar até o calendário, a referência básica do acontecer humano no tempo.

A França era o país mais importante, e mais contraditório, da Europa continental. No século XVIII era ainda um país agrário, já tendo encetado, porém, o início de uma industrialização. O país tinha atingido a marca de 25 milhões de habitantes, uma população muito superior à de qualquer outro país da Europa ocidental, Inglaterra incluída. Paris, a capital, era a cidade mais populosa do planeta, e já era a capital intelectual de Europa. A

nova burguesia capitalista francesa pretendia ter voz ativa na política para pôr em discussão os privilégios da nobreza. Os camponeses, por sua vez, queriam se desprender de obrigações aos senhores. Na explícita divisão de classes existente, o “Terceiro Estado”, composto pelas classes carentes de privilégios, da burguesia até o povo miúdo, era responsável por arcar com as despesas públicas, os impostos e contribuições que beneficiavam a monarquia (absolutista), o clero e a nobreza. A representação política na sociedade francesa do século XVIII ainda mantinha a divisão em três ordens ou estados – clero ou Primeiro Estado, nobreza ou Segundo Estado, e povo ou Terceiro Estado – com um rei no topo da hierarquia. O rei tinha a última palavra sobre a justiça, a economia, a diplomacia, a paz e a guerra.

França vivera uma evolução política importante no século XVIII: quase já não havia censura à imprensa, a tortura foi finalmente proibida em 1788, na véspera da revolução, e a representação do Terceiro Estado nos “Estados Gerais” acabava de ser duplicada, contrariando a nobreza e o clero que não queriam uma reforma dos impostos que fosse prejudicial aos seus interesses, ou seja, que fossem simplesmente obrigados a pagar impostos. Em 14 de julho de 1789, quando a Bastilha foi tomada pelos revolucionários, a histórica prisão do Antigo Regime abrigava apenas sete prisioneiros. Com a exceção da nobreza rural, a riqueza das restantes classes possuidoras havia crescido nas últimas décadas. O crescimento da indústria era também notável. No Norte e no Centro, havia uma metalurgia “moderna”, por exemplo, as siderúrgicas de Le Creusot, criadas em 1781; em Lyon havia sedas; em Rouen e em Mulhouse havia fábricas de algodão; na Lorraine havia o ferro e o sal; havia lanifícios em Castres, Sedan, Abbeville e Elbeuf; em Marselha havia fábricas de sabão; em Paris havia mobiliário, tanoaria e as indústrias de luxo, além da corte e do aparelho estatal.

A monarquia dos Bourbons costumava responder de modo favorável aos pedidos de ajuda e proteção realizados pela alta burguesia emergente. Existiam já na França uma Bolsa de Valores, grandes bancos, e uma Caixa de Desconto com um capital de cem milhões de francos, que emitia notas promissórias. França detinha, antes da revolução, metade do numerário existente na Europa. Nobres “modernos” e burgueses recentes misturavam capitais em investimentos comuns. O maior problema da indústria francesa era a falta de mão de obra. Desde a morte do rei Luís XIV, o comércio com o exterior tinha mais do que quadruplicado: em 1788, era o equivalente de 1,061 bilhões de libras esterlinas, um valor que só seria atingido novamente depois de 1848. Os grandes portos, como Marselha, Bordeaux, Nantes, floresciam como grandes centros cosmopolitas. O comércio interior seguia uma ascensão paralela.

A ascensão da burguesia era visível e economicamente sustentada: “A velha elite do Terceiro Estado crescia em riqueza, número e força. Suas iniciativas pareciam protegidas por uma espécie de estado de graça econômico”. Entre o segundo e o último quarto do século XVIII a produção industrial duplicou, o comércio interno e externo triplicou e, dentro dele, o comércio colonial quintuplicou. No segundo quartel do século, a população francesa aumentou entre 30% e 40%: “À inflação dos homens cabe acrescentar a inflação do ‘ouro’ (dos metais preciosos). No século XVIII se produziu, na França, tanto ouro e prata quanto desde a descoberta da América. O rápido aumento dos meios de pagamento precedeu a aceleração dos preços. O aumento dos preços em ouro estendeu-se em um mercado cada dia maior. Sob a dupla ação do aumento dos preços unitários e do aumento das quantidades vendidas, o faturamento dos empreendimentos burgueses se incrementou em proporções equivalentes, aumentando também as margens de lucro”.⁶ O poder econômico da burguesia francesa (comercial, industrial, financeira)

aumentou de modo acelerado durante o século XVIII. Mas ela carecia quase totalmente de poder político, isto é, de influência no Estado.

Restava também a ser solucionada a situação das guildas, as instituições corporativas que ainda reinavam em grande parte do setor da produção. O debate em torno dessa questão, que se iniciou já no *Ancien Régime*, colocou Voltaire e os financistas contra os privilégios das guildas, e grandes camadas da população trabalhadora do outro lado. A fim de tornar-se mestre-forjador ou tecelão, o indivíduo-candidato precisava fazer uma longa aprendizagem. A obra prima requerida como qualificação final poderia consumir dois anos de trabalho. A produção dominada por esses mestres era inspecionada a fim de garantir a qualidade do produto e das condições de trabalho. Nos campos de atividade que adquiriram importância na sociedade capitalista industrial – trabalhos em metal e tecelagem – já havia incentivos financeiros para a racionalização da produção e eliminação de controles. Iniciando-se o processo com Colbert, antes da Revolução, os Conselhos Reais virtualmente impediram a criação de novas categorias de guildas. Simultaneamente, foram suspensas as limitações ao número de trabalhadores que um mestre poderia empregar. Mas a política reformista não satisfazia à burguesia.

O campo também passava por importantes transformações. O imposto rural por excelência era a *taille*, base das finanças públicas do reino, recolhido com base nos sinais de riqueza dos camponeses, por coletores escolhidos pelos próprios camponeses proprietários. A servidão nos campos, que ainda se mantinha em quase todos os países da Europa continental, persistia apenas em zonas recônditas da França, e sob uma forma muito mitigada, no Jura e no Bourbonnais. Em 1779, o Rei tinha apagado os últimos traços de servidão nos seus domínios, tendo sido imitado por muitos senhores. A historiografia “revisionista”, iniciada por François Furet e Denis Richet, valeu-se desses e outros dados semelhantes para concluir na artificialidade (ou o caráter desnecessário) da revolução,

subjazendo a ideia de que toda revolução “autêntica” ou “legítima” só poderia ser filha da pobreza ou da miséria extremas, não do caráter agudo das contradições sociais e do anacronismo dos regimes políticos (a miséria e o empobrecimento repentinos podendo, no entanto, ter o papel de fator desencadeante, como foi o caso na França).

As medidas reformistas, a progressiva liberalização econômica e produtiva, só tornavam mais evidente a impropriedade dos privilégios feudais e nobres remanescentes. Nessa França que progredia economicamente, e que era o país mais populoso e poderoso da Europa continental, o regime monárquico e o domínio (privilégios) da nobreza eram, por isso, mais anacrônicos do que em qualquer outro país europeu. No final do século XVIII, além disso, França passava por um período de crise financeira, que foi dando base e forma ao estopim revolucionário. A participação francesa na guerra da independência dos Estados Unidos da América, parte da sua disputa continental com a Inglaterra, a participação (e derrota) na Guerra dos Sete Anos, os elevados custos da corte de Luís XVI, tinham deixado as finanças do país em péssimo estado. As ordens privilegiadas, a nobreza e o clero, estavam, no entanto, isentas de impostos, o que deixava o orçamento com um balanço negativo ante os elevados custos das sucessivas guerras, os altos encargos públicos e os supérfluos gastos da corte.

As causas econômicas da revolta do Terceiro Estado eram estruturais. As riquezas estavam concentradas; a crise manufatureira estava ligada ao sistema corporativo, que fixava a quantidade e as condições de produção em diversos setores. Outro fator desencadeante da revolução foi a crise agrícola, que ocorreu também graças ao mencionado aumento populacional. Entre 1715 e 1789, a população francesa crescera entre 8 e 9 milhões de habitantes. Como a quantidade de alimentos produzida era insuficiente e as geadas reduziram a produção de alimentos, a começar pelo pão, o fantasma da fome começou a pairar sobre os franceses pobres, a

imensa maioria da população. Por outro lado, as guerras em que França esteve envolvida no século XVIII, a guerra da sucessão polonesa (1733-1738), a guerra da sucessão austríaca (1740-1748), e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), deixaram, em geral, resultados negativos (na última delas, França teve que ceder o Canadá à Inglaterra, a Lousiana à Espanha, e perdeu sua influência na Índia, em proveito dos ingleses), além de comprometerem as finanças do reino.

Mais grave ainda, para as finanças reais, foi o envolvimento francês na guerra de independência americana:

A Revolução derivou diretamente da crise financeira derivada, por sua vez, do débito contraído por ocasião da guerra americana. Pode-se dizer, grosso modo, que sem a guerra americana não teria havido crise financeira, nem convocação dos Estados Gerais, nem finalmente a própria Revolução. Como acontecimento histórico, a Revolução teve sua origem em um fato político, mas também em um fato econômico com derivações financeiras: a recessão. Sem a guerra não teria existido o débito ‘americano’, nem um aumento tão grande da despesa pública, em resumo, nenhum fator desencadeante; mas, com a recessão, minguaram os recursos e virou impossível aumentar as receitas ou, melhor, a localização dos recursos e dos remédios [para a crise] tornou-se muito difícil.⁷

O montante da *taille* permaneceu invariável desde 1780, apesar de que as despesas estatais haviam sido enormemente aumentadas pelas guerras.

Além das contradições objetivas, sociais, políticas e ideológicas, toda revolução precisa de um estopim, que cria uma “situação revolucionária”. Um 80%, aproximadamente, da economia francesa era ainda agrícola. Em 1788, um fator meteorológico, obviamente aleatório, as geadas inverniais, se transformou no pavio (curto) de um processo com causas longamente amadurecidas, pois levou as colheitas a um verdadeiro desastre. Com a grande escassez de alimentos no campo, parte da população camponesa foi obrigada a mudar-se para as cidades, onde se transformou em proletária ou desempregada. Nas fábricas, ainda primitivas, era explorada ao máximo, e a cada ano tornava-se mais miserável, em contraste com o crescimento

visível da riqueza social. Vivia à base de pão preto e em casas de péssimas condições, sem saneamento básico e vulnerável às doenças de todo tipo. Na intelectualidade cidadina, por sua vez, era geral a crítica das bases jurídicas e ideológicas do Antigo Regime à luz do pensamento iluminista (Voltaire, Diderot, Montesquieu, Locke, Kant e, sobretudo, Rousseau), não só pela ação dos intelectuais reconhecidos, mas, sobretudo, pela enorme quantidade de pequenas publicações, caricaturas da família real e panfletos anônimos postos em circulação que, como mostrou Robert Darnton (em *Boémia Literária e Revolução*) atingiam e influenciavam um público bem mais vasto do que aquele público restrito que tinha acesso à “literatura”.

Luís XVI ascendeu ao trono em 1774. Sob seu reinado, entre 1774 e 1776, o Conde de Turgot, um reformador, e também um dos precursores da economia política francesa, como controlador geral das finanças, tentou pôr em prática um plano de reforma e extensão do sistema impositivo, para aumentar as receitas, que fracassou devido à resistência da aristocracia. Igual sorte correu um plano semelhante tentado, pelo banqueiro suíço Jacques Necker, novo controlador nomeado pelo rei, entre 1777 e 1781. A crise de governo, a “crise por cima”, era cada vez maior. E os aumentos gerais e acelerados de preços das décadas de 1770-1780 golpeavam principalmente às classes populares, na cidade e no campo. Em fevereiro de 1787, o novo ministro das finanças, Calonne, submeteu à Assembleia de Notáveis, composta por representantes escolhidos na nobreza, no clero, na alta burguesia e na burocracia estatal, um projeto econômico que incluía o lançamento de um novo imposto sobre a propriedade da nobreza e do clero, para sanar as finanças do reino.

A Assembleia não aprovou o novo imposto, pedindo que o rei Luís XVI convocasse os Estados-Gerais: foi a chamada Revolta da Aristocracia ou dos Notáveis (1787-1789), que foi o “estopim” involuntário da revolução. Os “notáveis” pediram ajuda à alta burguesia para lutar contra o poder real. Em 8 de agosto de 1788, por sugestão do novo ministro dos

assuntos econômicos, Loménie de Brienne, o rei concordou com a reivindicação da assembleia, convocando os Estados Gerais, instituição que não era reunida desde 1614, para maio de 1789. Fazendo parte dos trabalhos preparatórios da reunião, começaram a ser redigidos os tradicionais cahiers de doléances, cadernos de queixas, onde se registravam as reivindicações das três ordens.

O Primeiro Estado, composto pelo alto clero, representava 0,5% da população francesa, se identificava social e politicamente com a nobreza, e era contrário a quaisquer reformas. A nobreza, ou “Segundo Estado”, era composto por uma camada palaciana- cortesã, que sobrevivia à custa do Estado, por uma camada provincial, que se mantinha com as rendas dos feudos, e a “nobreza togada”, composta por alguns juizes e altos funcionários burgueses que haviam adquirido seus títulos e cargos, transmissíveis aos herdeiros: era aproximadamente 1,5% da população. Os dois estados privilegiados não só tinham isenção tributária como ainda usufruíam do Tesouro Real por meio de pensões e cargos públicos vitalícios.

No Terceiro Estado conviviam burgueses proprietários em geral, camponeses, com ou sem terra, e os *sans-culottes*, grandes protagonistas da futura revolução, uma camada social heterogênea composta por artesãos, trabalhadores e pequenos proprietários que viviam nos arredores de Paris e de outras cidades importantes, e que tinham esse nome graças às calças simples que usavam. O Parlamento de Paris proclamou que os Estados Gerais se deveriam reunir de acordo com as regras observadas na sua última reunião, em 1614. O “Clube dos Trinta”, em resposta, começou imediatamente a lançar panfletos defendendo o voto individual inorgânico – “um homem, um voto” – e a duplicação dos representantes do Terceiro Estado, esta última foi concedida pelo rei. Várias reuniões de assembleias provinciais, como a de Grenoble, já haviam feito a mudança, sem autorização real. O reconduzido Jacques Necker, novamente ministro das

finanças, manifestou sua concordância com a duplicação dos representantes do Terceiro Estado, deixando para as reuniões dos Estados a decisão quanto ao modo de votação – orgânico (pelas ordens) ou inorgânico (por cabeça). Foram eleitos 291 deputados para a reunião do Primeiro Estado, 270 para a do Segundo Estado, e 578 deputados para o Terceiro Estado (originários, sobretudo, da burguesia e dos pequenos proprietários).

Os deputados dos três estados eram unânimes em um ponto: desejavam limitar o poder real, à semelhança da vizinha Inglaterra, sendo a referência principal dos franceses, porém, a Constituição norte-americana de 1776. No dia 5 de maio de 1789, o rei mandou abrir a sessão inaugural dos Estados Gerais e, em seu discurso, advertiu que não se deveria tratar de política, isto é, da limitação do poder real, mas apenas da reorganização financeira do reino e do sistema tributário. O clero e a nobreza tentaram diversas manobras para conter o ímpeto reformista do Terceiro Estado, cujos representantes compareceram à Assembleia apresentando as reclamações do povo (os cahiers de doléances). A maioria dos deputados da nobreza e do clero queria que as eleições fossem por estado (clero, um voto; nobreza, um voto; povo, um voto), pois assim garantiriam a continuidade de seus privilégios.

O Terceiro Estado queria, ao contrário, que a votação fosse individual, por deputado, porque contando com os votos do baixo clero e da nobreza liberal, conseguiria reformar o sistema tributário do reino e impor reformas políticas. Ante a crise política, Luís XVI tentou dissolver os Estados Gerais, impedindo a entrada dos deputados das três ordens na sala das sessões. Os representantes do Terceiro Estado rebelaram-se e invadiram a sala do jogo da péla (uma espécie de tênis de quadra), em 15 de junho de 1789, e transformaram-se em Assembleia Nacional, jurando só se separar após a votação de uma Constituição para a França (Serment du Jeu de Paume, Juramento da Sala do Jogo da Péla). Em 9 de julho de 1789,

juntamente com deputados do baixo clero e da nobreza “esclarecida”, o Terceiro Estado autoproclamou-se Assembleia Nacional Constituinte.

Essa decisão levou o rei a tomar medidas mais drásticas, entre as quais a demissão do ministro Necker, conhecido por suas posições reformistas. A crise política “por cima” já se havia manifestado largamente, a indisposição dos “de baixo” com a situação do país já existia, só faltava que estes últimos tomassem a iniciativa política para que uma revolução acontecesse. E assim foi feito: em resposta ao rei, a população de Paris, em 12 de julho, se mobilizou e tomou as ruas da cidade. Os líderes revolucionários conclamavam todos a pegar em armas. O rei decidiu reagir fechando a Assembleia, mas foi impedido pela sublevação popular de Paris, reproduzida a seguir em outras cidades e no campo. Entretanto, multiplicavam-se os panfletos, evidenciando a mobilização política de todas as classes da sociedade francesa. Nobres, como o conde d'Antraigues, e clérigos como o abade Emmanuel Sieyès, começaram a defender a ideia de que o “Terceiro Estado” era todo o Estado. Já tinha escrito Sieyès, em 1779, *Qu'est-ce que le Tiers État?*: “O que é o terceiro estado? Tudo. O que é que tem sido até agora na ordem política? Nada. O que é que pede? Tornar-se alguma coisa”.

A situação social era tão grave e a insatisfação popular tão grande que nas ruas começou a florescer a ideia de arrancar do governo a monarquia. O Conde de Artois (o futuro Carlos X, no período da Restauração monárquica) e outros nobres reacionários, diante das ameaças, fugiram do país, transformando-se no grupo dos émigrés. A burguesia parisiense, temendo que a população da cidade aproveitasse a queda do antigo sistema de governo para recorrer à ação direta contra a grande propriedade, apressou-se a estabelecer um governo provisório local, a Comuna, que, em 13 de julho, organizou a Guarda Nacional, uma milícia de base social burguesa, para resistir tanto a uma possível reação do rei, quanto a uma eventual ação mais violenta da população civil. O comando da Guarda

coube ao deputado da Assembleia e herói da independência dos Estados Unidos da América, Marie Joseph Motier, o Marquês de La Fayette. A bandeira dos Bourbons, branca com a Flor de Lís, foi substituída pela tricolor (azul, branca e vermelha), que passou a ser denominada de bandeira nacional. Em toda França foram constituídas unidades da milícia e governos provisórios. Não era, como esclareceu o Duque de Liancourt a um incrédulo Luis XVI, uma revolta, mas uma revolução.⁸



O assalto à Bastilha

Os acontecimentos precipitaram-se, quando a agitação tomou conta das ruas: em 13 de julho constituíram-se as Milícias de Paris, organizações militares populares. A 14 de julho, populares armados invadiram o Arsenal dos Inválidos, à procura de munições e, em seguida, invadiram a Bastilha, a antiga fortaleza que fora outrora transformada em prisão política. Dentro da prisão, estavam, como vimos, apenas sete condenados: quatro por roubo, dois nobres por comportamento imoral (dentre eles, o célebre Marquês de Sade), e outro por assassinato. A intenção inicial dos rebeldes ao tomar a Bastilha era se apoderar da pólvora lá armazenada. Caía assim o principal símbolo do absolutismo monárquico. A queda da Bastilha causou

profunda emoção nas províncias e acelerou a queda dos prefeitos reais. Organizaram-se novas municipalidades e Guardas Nacionais nas províncias. A queda da Bastilha marcou simbolicamente o início do processo revolucionário, pois a prisão era o símbolo da monarquia.

A revolução estendeu-se ao campo, com maior violência ainda: os camponeses endividados ou empobrecidos saquearam as propriedades feudais remanescentes, invadiram e queimaram os castelos e cartórios, para destruir os títulos de propriedade das terras. Temendo o radicalismo camponês, na noite de 4 de agosto, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a abolição dos direitos feudais, gradualmente e mediante amortização, além de aprovar o confisco das terras da Igreja: a igualdade jurídica seria doravante a regra, sendo também suprimido o dízimo eclesiástico. Outras leis aprovadas proibiram a venda de cargos públicos e a isenção tributária das camadas privilegiadas. A medida mais importante adotada foi que a Assembleia decidiu pela elaboração de uma Constituição. Na sua introdução, denominada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (*Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*) os deputados formularam os ideais da revolução, sintetizados em três princípios: "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" (*Liberté, Egalité, Fraternité*). Inspirada na "Declaração de Independência" dos EUA e divulgada em 26 de agosto, a Declaração (à qual não foi estranha a ação do embaixador dos EUA em Paris, o futuro presidente norte-americano Thomas Jefferson) foi uma síntese do pensamento iluminista liberal, defendia o direito de todos à liberdade, à propriedade, à igualdade – igualdade só jurídica, *citoyennité*, não social nem econômica – e de resistência à opressão. O nascimento, a tradição e o sangue já não poderiam distinguir socialmente os homens. Na prática, tais critérios eram substituídos pelo dinheiro e pela propriedade. Todos os homens foram declarados iguais por nascimento perante a Lei, a França foi virada de pernas para o ar, o mundo inteiro tremeu diante das "notícias francesas".

O período da Assembleia Constituinte correu entre 9 de julho de 1789 e 30 de setembro de 1791. Acatando a proposta de dois aristocratas, o Visconde de Noailles e do Duque de Aiguillon, a Assembleia suprimiu todos os privilégios das comunidades e das pessoas, as imunidades provinciais e municipais, as banalidades e os direitos feudais sobreviventes. Em 14 de junho de 1791, se aprovou também, e não contraditoriamente com as medidas precedentes, a Lei Le Chapelier, proposta pelo deputado do mesmo nome, que proibia os sindicatos de trabalhadores e as greves, com penas que podiam ir até a morte (a lei Le Chapelier se manteve vigente até 1864). Antes, em 19 de abril de 1791, o Estado nacionalizou e passou a administrar todos os bens da Igreja Católica, sendo aprovada em julho a Constituição Civil do Clero, por intermédio da qual os padres católicos passavam a serem funcionários públicos. Pressionado pela opinião pública, Luís XVI deixou Versalhes, estabelecendo-se no Palácio das Tulherias, em Paris (em outubro de 1789), onde ficou sob a pressão direta das massas parisienses. Abolindo os interesses feudais nas propriedades imobiliárias, a burguesia garantiu seus empréstimos à velha nobreza e à coroa e lançou as bases de seu poder futuro. Em retrospecto, o economista Jean-Baptiste Say concluiu que a intervenção dos financistas nos Estados Gerais, a fim de forçar a criação da Assembleia Nacional, fora motivada exclusivamente por tais considerações: “Impulso decisivo foi dado ao movimento revolucionário no momento em que o poder endinheirado, normalmente tão conservador, levantou-se contra a velha ordem; o medo da falência agitou financistas, banqueiros, homens de negócios, e transformou-os em paladinos da causa do Terceiro Estado. Como disse Mirabeau, ‘o déficit (público) é o tesouro da nação’”. A Revolução salvara à burguesia financeira da falência, mas também deflagrara forças históricas e políticas que não poderiam ser contidas dentro dos limites que aquela lhe queria impor.

Fervilhavam os clubs, de inspiração tão inglesa quanto a palavra que os designava, que foram os precursores dos partidos políticos contemporâneos: a imprensa tinha também um papel cada vez maior nos acontecimentos. Jean-Paul Marat, em *L'Ami du Peuple*, e Jacques Hébert, em *L'Enragé*, escreviam artigos que incendiavam a imaginação e a coragem popular. Crescia também a “Sociedade dos Amigos da Constituição de 1789”, criada inicialmente em Versalhes pelos deputados bretões, que adotou depois o nome de “jacobinos” (cunhado pelos seus adversários, e depois admitido por eles) por causa do convento em Paris, na rua Saint Honoré, em que passou a se reunir. A sociedade era inicialmente heterogênea, compreendendo políticos monárquicos, como Antoine Barnave, o Marquês de La Fayette, Octave Mirabeau, Emmanuel Sieyès, Talleyrand; republicanos moderados, como Brissot, e democratas radicais (“roussonianos”) como os irmãos Robespierre. No decorrer da revolução, a Sociedade sofreria sucessivas cisões políticas.

A nobreza conservadora e o alto clero abandonaram precipitadamente a França, refugiando-se nos países absolutistas vizinhos, de onde conspiravam contra a revolução. Numa reação contra os privilégios do clero e buscando recursos para sanar o déficit público, o governo, depois de desapropriar os bens da Igreja, colocou-os à venda e, com o produto, emitiu bônus do tesouro, os assignats, que valiam como papel moeda. Esse valor monetário ficou logo depreciado (isto é, desconsiderado pelo valor de face). As propriedades da Igreja, por sua vez, passaram majoritariamente às mãos da burguesia, mediante sua compra com esses papéis desvalorizados, restando para os camponeses as propriedades menores, que podiam ser adquiridas mediante facilidades, isto é, prestações submetidas a altas taxas de juros. Para a burguesia, esse era o limite da revolução. O abade Emmanuel Sieyès escreveu: “Todos podem desfrutar as vantagens da sociedade, mas somente aqueles que contribuem para o bem público são membros importantes da grande

empresa social. Apenas eles são cidadãos ativos, os membros autênticos da associação”. O direito de voto ficava restrito a eles. Ou, como disse um deputado: “Não há cidadãos autênticos, exceto os proprietários.”

Com a Constituição Civil do Clero ficavam separados a Igreja e o Estado; os padres deveriam prestar e jurar obediência ao Estado Civil. Determinava-se também que os bispos e padres de paróquia seriam eleitos por todos os eleitores. O Papa, claro, opôs-se a isso, pois os padres deveriam jurar fidelidade à nova Constituição. Os que o fizeram ficaram conhecidos como “juramentados”; os que se recusaram passaram a ser chamados de “refratários”, e engrossaram o campo da contrarrevolução. No palácio real, conspirava-se abertamente. O rei, a rainha, seus conselheiros, os embaixadores da Áustria e da Prússia eram os principais nomes da conspiração. Áustria e Prússia, governadas por monarquias aliadas à casa real francesa, invadiram finalmente a França, que foi inicialmente derrotada porque oficiais ligados à nobreza permitiram o malogro do exército francês. Denunciou-se então a traição da nobreza fardada na Assembleia Nacional. Em 13 de novembro de 1790, em discurso na Assembleia, o jacobino Saint-Just anunciava o destino de Luis XVI, fazendo o processo de toda monarquia: “Não deveríamos julgá-lo, mas combatê-lo. Não se pode reinar de modo inocente: a loucura disso é evidente. Todo rei é um rebelde e um usurpador. Que relação de justiça poderia existir entre a humanidade e os reis?”

Em junho de 1791 a família real tentou fugir para a Áustria. O rei foi descoberto na fronteira, em Varennes, e obrigado a voltar. A Assembleia Nacional, contudo, acabou por absolver Luís XVI, mantendo a monarquia. Para justificar a decisão, alegou que o rei fora sequestrado. A Guarda Nacional, comandada por La Fayette, reprimiu violentamente a multidão que queria a deposição do rei. Finalmente, em setembro de 1791, foi promulgada a Constituição da França, implantando uma monarquia constitucional; o rei perdeu seus poderes absolutos e criou-se uma efetiva

separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Além disso, foram concedidos direitos civis aos cidadãos. A população foi dividida em cidadãos ativos e passivos, segundo pagassem ou não impostos. Somente os primeiros, que pagavam impostos e possuíam dinheiro ou propriedades, participavam da vida política: era o voto censitário. Os passivos não eram votantes: mulheres, trabalhadores pobres ou desempregados. E, apesar de ter limitado os poderes do rei, este tinha ainda o direito de designar seus ministros. Além de abolir o feudalismo, nacionalizava todos os bens eclesiásticos e reconhecia a igualdade civil e jurídica entre os cidadãos.

Em síntese, a Constituição de 1791 estabeleceu as linhas gerais para o surgimento de uma sociedade burguesa e capitalista em lugar da sociedade feudal e aristocrática. Após o término das deliberações da Assembleia Constituinte, a burguesia passou a adotar uma posição conservadora, afirmando que as mudanças necessárias já haviam sido realizadas. A maior parte das terras confiscadas à Igreja foi leiloada e adquirida pelo único grupo que dispunha de fundos para comprá-las, a burguesia. Às vésperas da Revolução, a nobreza possuía aproximadamente 25% das terras aráveis da França. Na medida em que eram executadas as hipotecas dos nobres, eles eram exilados ou tinham suas terras desapropriadas; a maior parte delas passou às mãos da burguesia, que já detinha, antes, 30% do total. Essas propriedades foram ainda aumentadas com o leilão das terras da Igreja e da Coroa. Por outro lado, em algumas áreas, os camponeses apossaram-se de terras a que seus proprietários haviam renunciado.

A situação do povo mais pobre, porém, pouco tinha mudado. A maioria dos camponeses continuava sem terra e nas cidades a situação de pobreza e fome tornava-se cada vez mais desesperadora. O decreto de 4 de agosto sancionara o levantamento gradual das restrições à liberdade contratual de camponeses e proprietários de terra. O proprietário tratava agora o camponês sem levar em conta consideração alguma, salvo seu direito de fazer com a terra o que bem entendesse: cumpria-se o ideal do

direito natural. Para muitos camponeses, a situação piorara. Os setores urbanos pobres, os *sans culottes*, por sua vez, queriam continuar e aprofundar o processo revolucionário, pois a porta da revolução continuava amplamente escancarada, enquanto os nobres no exterior planejavam organizar uma *revanche* armada. Vozes como a de Jean-Paul Marat foram cada vez mais ouvidas: "O que foi que ganhamos com a destruição da aristocracia dos nobres e a sua substituição pela aristocracia dos ricos?". Os emigrados contrarrevolucionários tinham o apoio militante (e, depois, militar) de Áustria e de Prússia, que viam, com certo instinto de classe, o movimento revolucionário francês como o início de uma revolução continental. Em agosto de 1791, após a tentativa frustrada de fuga da família real para a Áustria, esses países lançaram a Declaração de Pillnitz, que declarava a restauração da monarquia absoluta francesa como de interesse comum a todos os Estados europeus. A população francesa ficou enfurecida. A aristocracia destituída se recusava a aceitar qualquer compromisso. A pequena e média burguesia se sentia lesada e enganada. Os camponeses permaneciam desesperados, porque tinham de pagar valores de extorsão pela extinção dos direitos feudais, e retomaram a violência contra os senhores.

Com a monarquia constitucional em exercício, nas eleições gerais de 1791, as cadeiras da Assembleia Legislativa foram ocupadas predominantemente por elementos da alta burguesia. A Assembleia, que iniciou suas sessões em 1º de outubro, era formada por 750 membros, a maioria sem experiência política. Embora a burguesia tivesse de enfrentar, dentro dela, a oposição da aristocracia, cujos deputados ocupavam o lado direito de quem entrava no recinto de reuniões, e também dos democratas, que ocupavam o lado esquerdo, as maiores dificuldades estavam fora da Assembleia, nas ruas ocupadas pela população pobre, e nos camponeses mobilizados e revoltados. O período da Assembleia Legislativa começou a 8 de outubro de 1791, data de sua primeira reunião, e se estendeu até os

massacres de 2 a 7 de setembro do ano seguinte. Apesar de todas as dificuldades, a alta burguesia se mantinha ainda no poder. Os emigrados buscavam apoio externo para restaurar a monarquia absolutista. As potências monárquicas vizinhas da França apoiavam esses movimentos, pois temiam a irradiação das ideias revolucionárias francesas para seus países, e alegavam a necessidade de se restaurar a dignidade real da França. Os acontecimentos se precipitaram. Em abril de 1792 houve a declaração de guerra à Áustria e à Prússia; os exércitos inimigos, no seu avanço, chegaram a ameaçar a cidade de Paris; a ala radical (jacobina) da revolução proclamou a “pátria em perigo” e distribuiu armas à população parisiense. A Comuna de Paris assumiu o poder na capital e exigiu da Assembleia o afastamento do rei. Em 10 de agosto de 1792 os parisienses atacaram o palácio real, detiveram o soberano e exigiram que o Legislativo o suspendesse de suas funções.

Esvaziada de seu poder, pela crise interna e pela ameaça externa, a Assembleia Nacional convocou a eleição de uma Convenção Nacional que, uma vez eleita, governaria de 20 de setembro de 1792 até 26 de outubro de 1795. A revolução entrou, com a eleição da Convenção, numa fase radical. As primeiras medidas tomadas por ela foram a proclamação da República e a promulgação de uma nova Constituição (a 21 de setembro de 1792). Ao ser eleita a Convenção sem a divisão dos eleitores em passivos e ativos, a alta burguesia monarquista foi eleitoralmente derrotada. Entre os revolucionários de 1789, porém, houve divisão. A grande burguesia não queria aprofundar a revolução, temendo o radicalismo popular. Aliada aos setores da nobreza liberal e do baixo clero se organizou no “Clube dos Girondinos”, nome devido ao fato de Brissot, principal líder dessa facção, representar o departamento da Gironda, e de seus principais líderes serem também daí provenientes. Eles ocupavam os bancos inferiores no salão de sessões.

Os jacobinos - assim chamados porque se reuniam no convento de Saint Jacques - queriam aprofundar a revolução, aumentando os direitos do povo e as limitações à grande propriedade, chegando até a sua expropriação, se necessário; eram liderados pela pequena burguesia rural e urbana e apoiados pelos *sans-culottes*, as massas populares de Paris. Ocupavam os assentos superiores no salão das sessões, recebendo o nome de “Montanha”. A ala esquerda da antiga “Sociedade dos Amigos da Constituição de 1789” tinha imposto sua hegemonia e excluído os monarquistas e moderados de suas fileiras, rebatizando o clube como “Sociedade dos Amigos da Liberdade e da Igualdade”. Seus principais líderes foram Danton, Marat e Maximilien Robespierre, jovem advogado de províncias, representante do distrito de Arras na Assembleia Nacional. Sua facção mais radical era representada pelos “raivosos”, os enragés, liderados por Jacques Hébert, que queriam o povo diretamente no exercício do poder.

Havia um grupo de deputados sem opiniões firmes, que votavam na proposta que tinha mais chances de vencer. Eram chamados de Planície ou Pântano. Havia ainda os cordeliers (radicais, com Jean-Paul Marat) e os feuillants (representantes da burguesia financeira), cindidos dos jacobinos. A burguesia e a aristocracia queriam a guerra contra as potências absolutistas por motivos diferentes. Para a primeira, a guerra seria breve e vitoriosa; para o rei e a aristocracia ela era a esperança de retorno ao velho regime. Nas palavras de Luís XVI: "Em lugar de uma guerra civil, esta será uma guerra política", e nas da rainha Maria Antonieta: "Os imbecis [a burguesia]! Não vêem que nos servem!". A história provaria, de maneira especialmente dolorosa para a rainha, de que lado estava a imbecilidade. A 2 de dezembro de 1792, o advogado (e líder da Convenção) Maximilien Robespierre, na tribuna, fez o processo da monarquia: “Não existe processo a ser feito. O processo do tirano é a insurreição; seu julgamento, a queda de seu poder; sua pena, aquela exigida pela liberdade do povo”. As

modernas designações políticas de “direita”, “centro” e “esquerda” surgiram nesse momento: com relação à mesa da presidência identificavam-se à direita os girondinos, que desejavam consolidar as conquistas burguesas, estancar a revolução e evitar a radicalização; ao centro, a Planície ou Pântano, baseada no oportunismo circunstancial; e à esquerda, a Montanha. Dirigida inicialmente pelos girondinos, a Convenção realizava uma política contraditória: era revolucionária na política externa - ao combater os países absolutistas - mas conservadora na política interna - ao procurar se acomodar com a nobreza, tentar salvar a vida do rei e combater os revolucionários mais radicais. Nesse momento, foram descobertos documentos secretos de Luís XVI, no Palácio das Tulherias, que provaram o seu comprometimento com o rei da Áustria.

O fato acelerou as pressões para que o rei fosse julgado como traidor. Na Convenção, a Gironda dividiu-se a respeito: alguns propunham o perdão, outros a pena de morte para o rei. No departamento de Vendéia, no oeste da França, camponeses instigados pela Igreja, pela nobreza e também pelos ingleses, tomaram o poder. Os girondinos tentaram frear a proposta de mobilização geral do povo francês, temendo a perda do poder e a radicalização da revolução, que ameaçaria as propriedades da burguesia. A 2 de junho de 1793, a população de Paris, agitada pelos partidários de Hébert, cercou o prédio da Convenção, pedindo a prisão dos deputados girondinos. Os membros da Gironda foram expulsos da Convenção deixando uma herança de inflação, carestia e avanço da contrarrevolução, tudo isso agravado pela guerra no plano externo. Marat, Hébert, Danton, Saint-Just e Robespierre, os jacobinos, assumiram o poder, dando início ao período da Convenção Montanhosa. A contrarrevolução da Vendéia e a ameaça externa colocavam a revolução à beira do abismo. Para combater essa situação, os jacobinos organizaram os comitês populares, as “seções” de Paris e de outras cidades, cujos objetivos eram controlar o governo, combater os contrarrevolucionários e mobilizar a França para uma guerra

total em defesa da revolução. Os jacobinos, além disso, reforçados pelas manifestações populares, exigiam a execução do rei. Com o fim da supremacia girondina na Revolução, e com o apoio dos *sans-culottes* e da Comuna de Paris, os “montanheses” assumiram o poder no momento crítico da Revolução. Com a Convenção dominada pelos jacobinos, foi criado o Comitê de Salvação Pública e o Comitê de Segurança Geral, com poucos membros e tomando decisões de urgência cotidianamente. Foi fixado o máximo de preços (que não debelou, no entanto, o mercado negro) e também o máximo de salários, este rigorosamente cumprido.



Maximilien Robespierre, o Inocorrúptível

Foi proclamada uma nova Constituição, proclamando o sufrágio universal masculino e relativizando o direito de propriedade (chamado de inviolável na prévia “Declaração Universal dos Direitos do Homem”) em situações de emergência nacional. O *whig* (liberal) inglês Edmund Burke, testemunha dos acontecimentos, disse a respeito, com aguçada consciência burguesa, que “os pretensos direitos do homem, que provocaram este desastre, não podem ser direitos do povo; porque ser povo, e ter direitos, são duas coisas incompatíveis; uma supõe a existência, e a outra a ausência, de um estado de sociedade civil”.⁹ A revolução democrático burguesa, para ser de fato uma revolução, marchava além dos limites da propriedade

burguesa e da democracia representativa, virava revolução permanente. A Convenção jacobina fazia “andar o mundo de ponta cabeça”.

Diante da aproximação dos exércitos coligados estrangeiros, formaram-se por toda a França batalhões de voluntários. Luís XVI e Maria Antonieta foram finalmente presos, acusados de traição ao país por colaborarem com os invasores. Verdun, última defesa de Paris, foi sitiada pelos prussianos. O povo, chamado a defender a revolução, saiu às ruas e massacrou os partidários reconhecidos do Antigo Regime. Sob o comando de Danton, Robespierre e Marat, foram distribuídas armas ao povo e foi organizada a comuna insurrecional de Paris. As palavras de Danton ressoaram nos corações dos revolucionários e do povo citadino: “Para vencer os inimigos, necessitamos de audácia, cada vez mais audácia, então a França estará salva”. De l’audace, de l’audace, et encore de l’audace. O povo, entre o pânico e o rancor, responsabilizou os inimigos internos pela situação. Entre 2 e 6 de setembro de 1792, foram massacrados os padres refratários, os suspeitos de atividades contrarrevolucionárias e os presos de delito comum das prisões de Paris. A matança durou vários dias sem que as autoridades ousassem intervir: foram os “massacres de setembro”. E, em 20 de setembro, aconteceu o que parecia impossível: as tropas revolucionárias, famintas, mal vestidas, mas alimentadas e encorajadas por seus ideais republicanos, derrotaram a coligação antifrancesa em Valmy. Nascia assim o exército nacional de conscritos ou recrutas, baseado na levée en masse, o “povo em armas”. Com a República Francesa, todos os cidadãos podiam ser soldados, chegando a força armada a recrutar um milhão e 169 mil homens. Uma nova força militar aparecia na história mundial. Goethe, presente na batalha, declarou: “Neste lugar, a partir de hoje, se inicia uma nova era da história do mundo, e vocês podem dizer que presenciaram esse nascimento”.

Para financiar o Estado e, sobretudo, o novo Exército Nacional, baseado pela primeira vez na conscrição universal de todos os homens

validos, os já mencionados assignats, títulos da dívida pública, sem poder liberatório de moeda legal, foram, em 1793, declarados o único meio legal de pagamento. Foi um exemplo clássico, e inicial, de inflação de meios de pagamento: inicialmente simples títulos da dívida flutuante, sem poder liberatório de moeda legal, os assignats foram, em 1793, declarados moedas de curso forçoso. Apesar de ser crime passível da pena de morte recusar assignats ou negociá-los abaixo do seu valor ao par, foram realizadas sucessivas e desproporcionadas emissões. Para impor sua aceitação, e outras medidas de emergência, foi posta a funcionar a máquina de cortar “humana e rapidamente” cabeças (provocando apenas “uma agradável sensação de frescor no pescoço”, segundo seu idealizador) proposta pelo Dr. Guillotin, que marcou o período de terror revolucionário. Os nobres continuaram a fugir do país, e continuaram as revoltas monárquicas na Bretanha, Vendeia e Delfinado. Em 21 de janeiro de 1793, Luís XVI foi executado na guilhotina na Praça da Revolução.

As monarquias da Áustria, Prússia, Holanda, Espanha, Sardenha e Inglaterra, reagiram indignadas ao magnicídio e, temendo que o exemplo francês se refletisse em seus territórios, formaram a Primeira Coligação (1793) contra a França. Inglaterra financiava os grandes exércitos continentais para conter a ascensão revolucionária na França e na Europa. A cabeça decepada do monarca mais poderoso da Europa, exposta à multidão pobre e revolucionária, em cena pintada por testemunhas e não testemunhas do fato, percorreu o mundo como símbolo da nova era revolucionária que se iniciava. A Convenção reconheceu a existência do “Ser Supremo”, um substituto “racional” de Deus, e da imortalidade da alma. A virtude seria o elemento essencial da República. Os símbolos da revolução, incluídos o novo calendário e o hino do exército, La Marseillaise, que em sua letra enfatizava sua origem revolucionária (aux armes, citoyens; formez vos bataillons), declarado hino nacional da “França

una e indivisível”, se espalharam como pólvora pela Europa e pelo mundo. As revoluções democráticas, e a francesa em primeiro lugar, impulsionaram decisivamente o ensino público e/ou universal valorizaram o papel da ciência na luta contra o Antigo Regime. Um membro da Convenção francesa afirmou: “Não esqueçamos que muito antes que nós, as ciências e a filosofia lutaram contra os tiranos. Seus constantes esforços fizeram a revolução. Como homens livres e agradecidos, devemos estabelecê-las entre nós e conservá-las sempre. Pois as ciências e a filosofia manterão a liberdade que conquistamos”. A intellectualité, científica ou literária, ganhava um novo estatuto social, ao qual não mais renunciaria, em especial na França. A Revolução criou também uma nova ordem militar, de base social diversa das precedentes: “Nessa vertente política da guerra, os revolucionários estavam conscientes de que criavam uma nova ordem militar... Ao deixar que seus exércitos fossem supridos por requisições, e não por depósitos, os republicanos produziram uma revolução na logística; ao lançar em combate sua tropa mal treinada em colunas apressadas ou em linhas tênues de tirailleurs, que combatiam, atiravam e se abrigavam individualmente, eles fugiram do sistema de batalhões sólidos de Frederico [da Prússia] e deram ímpeto a uma revolução na tática”.¹⁰ Participação (voluntária ou não) da totalidade da população na guerra nacional, operações de guerrilha combinadas com operações regulares: uma nova guerra nascia. O ministério da guerra distribuía *Le Père Duchesne*, o jornal radical de Jacques Hébert, para as tropas revolucionárias.

Em dezembro de 1793, a Convenção jacobina aboliu os exércitos revolucionários e criou um controle mais centralizado sobre as regiões do país. Em 1794, os franceses passaram à ofensiva contra a coalizão continental contrarrevolucionária. Em 1795, Prússia, Holanda e Espanha, derrotadas na França, abandonaram finalmente a guerra. E, em 1796, Napoleão Bonaparte, jovem comandante de carreira militar meteórica, entrou na Itália pelas montanhas (alimentando seu exército com biscoitos,

fáceis de transportar e que não exigiam cozimento), dando nascimento à sua mítica carreira militar. Em 1797, finalmente, Inglaterra aceitaria negociar com a França revolucionária (já moderada, porém, em seu ímpeto político, depois da queda dos jacobinos em 1794).

Devido ao predomínio da atuação popular, o período entre 1793 e 1794 caracterizou-se como o mais radical de toda a Revolução. O governo jacobino dirigia o país por meio do Comitê de Salvação Pública (Comité de Salut Public), responsável pela administração interna e pela defesa externa do país, de início comandado por Danton, seu criador. Abaixo dele, vinha o Comitê de Segurança Geral, que cuidava da segurança interna, e a seguir o Tribunal Revolucionário, que julgava os opositores da revolução em procedimentos sumários. Decretada a mobilização geral da população, criou-se uma economia de guerra, com o racionamento das mercadorias e o combate aos especuladores, que, aproveitando-se da situação de escassez, escondiam os produtos de primeira necessidade para aumentar os preços. Quando, em julho de 1793, Jean-Paul Marat foi assassinado pela jovem girondina Charlotte Corday, em vingança pela decapitação de sua família, os ânimos populares se exaltaram mais ainda. Considerado moderado e corrupto, Danton foi substituído por Robespierre e expulso do “partido” jacobino. O Comitê de Salvação Pública, liderado por Robespierre, assumiu plenos poderes. Tinha início assim o Grande Terror, Terror Jacobino ou, simplesmente, Terror. Milhares de pessoas, como Antoine Lavoisier (criador da química moderna), aristocratas, clérigos, girondinos, especuladores, inimigos reais ou presumidos da revolução, foram detidas, julgadas sumariamente, e guilhotinadas. Saint-Just teorizou: “Uma revolução nunca é feita pela metade. Ela é total ou irá abortar. Todas as revoluções que a história conservou na memória, assim como as que foram esboçadas em nossa época, falharam porque as pessoas queriam acomodar leis novas aos velhos costumes e dirigir instituições novas com os velhos homens”. O jacobinismo atingiu o ponto mais radical das revoluções

democráticas, o “farol de todas as épocas revolucionárias”, nas palavras de Marx.

Os direitos individuais foram suspensos e, diariamente, realizavam-se, às vezes sob os entusiasmados aplausos populares, execuções públicas em massa. A partir do liberal inglês Edmund Burke, testemunha desses acontecimentos, toda uma linhagem de teóricos políticos viu nesses episódios o nascimento do totalitarismo contemporâneo. O líder jacobino Robespierre, sancionando as execuções sumárias, anunciou que a França não necessitava de mais juízes, mas de mais guilhotinas. O resultado do Terror Revolucionário foi a condenação à morte de 35 mil a 40 mil pessoas. A insurreição camponesa da Vendéia foi esmagada. O exército francês começou a ganhar terreno nos campos de batalha em 1794, e a coalizão antifrancesa foi derrotada. A revolução estava salva, mas o preço da salvação tinha sido muito alto. Cansada do Terror revolucionário, das execuções, do congelamento (tabelamento) de preços e dos “excessos revolucionários”, a burguesia queria paz para seus negócios, mais promissores agora, depois da eliminação do Antigo Regime. Essa posição era defendida pelos jacobinos liderados por Danton. Os *sans-culottes* – a plebe urbana – pretendiam radicalizar mais a revolução, posição defendida pelos “raivosos” de Hébert. Robespierre, declarando novamente a “pátria em perigo”, tomou uma série de medidas para evitar a radicalização - os revolucionários e políticos mais radicais, como a ala esquerda de Hébert, e da ala direita, que tinha como seu líder Danton, foram sumariamente executados na guilhotina sob a acusação de corrupção ou de provocação a serviço da reação. A facção de centro do jacobinismo, liderada por Robespierre e Saint-Just, triunfou nesse momento crucial, porém ficou política e socialmente isolada. Os delegados jacobinos, despachados como representantes da ditadura revolucionária pelos quatro cantos da França, começaram, no entanto, a experimentar as delícias e a volúpia do poder, incluída a corrupção financeira e os até há pouco prazeres exclusivos da

nobreza. Sem uma disciplina política baseada numa organização política de classe, o poder jacobino começou a ruir nas suas próprias entranhas, no sentido figurado, e também no literal, do termo. 140 anos depois, Christian Rakovsky, em um texto pioneiro sobre os “perigos profissionais do poder” nas revoluções, utilizou o exemplo da degeneração política e social do poder jacobino para explicar a degeneração da revolução soviética. Muitos girondinos que sobreviveram ao Terror, aliados aos deputados da Planície, antes (em sua maioria) aliados dos jacobinos, articularam então um golpe de Estado.

Em 27 de julho (9 Termidor, de acordo com o novo calendário revolucionário francês) a Convenção, numa rápida manobra parlamentar, derrubou Robespierre e seus partidários. O centro da revolução virou o centro da contrarrevolução, em 24 horas. Robespierre apelou para que as massas populares saíssem em sua defesa. Mas os que podiam mobilizá-las - como os “raivosos” (*enragés*) de Hébert - estavam mortos, e os *sans-culottes* não atenderam ao chamado. Robespierre e os dirigentes jacobinos foram guilhotinados sumariamente, na madrugada seguinte à sua destituição do governo. A Comuna de Paris e o partido jacobino deixaram de existir. Era o golpe de 9 de Termidor, que marcou a queda da pequena burguesia jacobina e a volta da grande burguesia girondina ao poder. O movimento popular entrou rapidamente em franca decadência. A Conspiração dos Iguais, encabeçada por Gracchus Babeuf, em 1796, que retomou e radicalizou o programa jacobino (chegando até reivindicar a propriedade social da riqueza, no que foi chamado de primeiro programa político comunista da história moderna), e que concluiu com todos seus membros guilhotinados ou na prisão, foi uma conspiração de minorias audaciosas, relativamente marginal ao movimento popular.

Depois de pouco mais de dois anos de governo, e cumprida a tarefa de debelar a reação interna, ao preço de dezenas de milhares de execuções (incluindo as de numerosos revolucionários), de derrotar a reação

internacional, e de massacrar também toda tentativa de ação operária ou popular independente (as “seções parisienses”, nas quais o historiador anarco-marxista Daniel Guérin viu o embrião de uma ditadura do proletariado),¹¹ o poder jacobino ficou suspenso no ar, com inimigos em todas as classes sociais e setores políticos. Em escassos três anos, os inventores da política revolucionária contemporânea (Robespierre, Danton, Saint-Just, Hébert, Marat, e outros) foram guilhotinados ou assassinados no decorrer da revolução que eles próprios lideraram. “A revolução devora seus filhos”, foi a conclusão óbvia dos que não conseguem analisar a dinâmica social e as contradições das revoluções. Porque a base social que lhes dera (aos jacobinos) tão forte apoio dois anos antes, lhes falhou no momento do recuo? A *sans-culotterie*, com certeza, tendeu a ultrapassar o programa burguês da revolução, durante a república jacobina (1793-1794). Não o conseguiu, sem dúvida por estar minada de contradições internas, por não constituir uma classe social, não podendo, portanto, opor um projeto social alternativo à burguesia (ou à sua substituta revolucionária, a pequena burguesia jacobina, no momento em que a revolução esteve a perigo): a “massa” *sans-culotte* só era capaz de “uma insurreição impossível” (Albert Soboul); “o povo salvou a revolução, mas só podia conseguir isso enquadrado e comandado pela burguesia” (Georges Lefèvre). No entanto, o próprio Robespierre afirmara que “internamente, o perigo vem do burguês. A fim de convencer o burguês, é preciso juntar o povo”: o jacobinismo impôs a revolução à burguesia. Segundo a citada interpretação marxista, a Revolução Francesa estava fadada a se deter no estágio burguês, pois não existia ainda uma classe social (uma classe operária) capaz de formular social e politicamente sua superação.

A extrema mobilização popular, que foi seu diferencial com relação às outras revoluções democráticas (ou democrático-burguesas) não foi inútil (pois ela salvou a revolução), mas não teve, nem poderia ter um projeto histórico próprio, segundo os principais autores marxistas. Outros

autores, como o supramencionado Daniel Guérin, discordaram dessa argumentação, defendendo a capacidade de auto-organização dos estratos populares, demonstrada durante os momentos álgidos da revolução nas “seções populares” e na comuna parisiense, mas brecada pelas limitações de classe da pequena burguesia jacobina, e por sua própria inexperiência política. A historiografia da Revolução começou durante a própria Revolução, com os trabalhos (opostos) de Edmund Burke ou de Antoine Barnave: um dos projetos irrealizados do jovem Karl Marx foi o de escrever um trabalho intitulado *A Revolução Francesa: o Nascimento do Estado Moderno, ou História da Convenção*.

A ditadura da pequena burguesia revolucionária chegou ao seu fim tão rapidamente quanto tinha acedido ao poder, onde executou mudanças (no exército, na estrutura do Estado, no modo de governo, na organização da ação política) que mudaram a política europeia e mundial, demonstraram a possibilidade de um poder político dos representantes populares, e deram início a uma nova era histórica mundial (na história acadêmica e escolar, a “Idade Contemporânea” é comumente datada a partir da Revolução Francesa). A Revolução deu tudo de si, nas condições históricas em que aconteceu; por isso

seu resultado imediato foi um sentimento de imensa lassidão. O grande esforço feito pelas pessoas desse tempo provocou uma necessidade imperiosa de repouso. Ao lado desse sentimento de lassidão, inevitável depois de todo grande desgaste de energia, surgiu também certo ceticismo. O século XVIII acreditava firmemente na vitória da razão. A razão acaba sempre por ter razão, dizia Voltaire. Os acontecimentos da revolução quebraram essa fé.¹²

No início de 1793, a Montanha e a Gironda estiveram unidas contra a monarquia. Dez meses depois, em outubro desse ano, os líderes girondinos subiram ao cadafalso, levados a ele pelos seus aliados de ontem. Depois houve o apogeu jacobino, a Festa da Razão. Robespierre derrotou logo depois à esquerda jacobina, liderada por Hébert e Cloutz, com a ajuda

da direita jacobina, liderada por Danton. O massacre dos líderes revolucionários de esquerda aconteceu no início da revolução: em março de 1794, os líderes da esquerda jacobina foram decapitados. Duas semanas depois, o carrasco mostrava a cabeça decepada de Danton aos parisienses reunidos na praça do patíbulo. A “direita” jacobina, sob a acusação de corrupção, foi assim literalmente descabeçada. A ditadura do “centro” jacobino, Robespierre e Saint-Just, durou, no entanto, menos de quatro meses, até 27 de julho (9 de Termidor) de 1794, quando Robespierre apareceu na Convenção e foi repentinamente desafiado pela rebelião dos “termidorianos”. A Convenção ainda estava marcada pela impulsão turbulenta que marcara sua criação e sua existência. Na madrugada seguinte, a guilhotina deu conta da cabeça dos dois principais líderes jacobinos e de seus aliados políticos mais próximos. Os termidorianos estavam apoiados por um povo saturado de terror, ao qual apelaram para derrubar os jacobinos, e por uma burguesia já satisfeita pelo fim do Antigo Regime e ansiosa para terminar com a turbulência revolucionária.

O ritmo dos acontecimentos revolucionários desafiou qualquer tentativa de classificação “racional”, ou de apaziguamento e moderação política. A Revolução Francesa, certamente, foi espontânea. Seus partidos e frações vieram à luz no seu próprio decorrer, sem programa nem ideias definidas de antemão. Suas políticas eram ditadas pela passagem de uma fase para outra da revolução. A força do jacobinismo foi, sem dúvida, sua determinação em acabar com o feudalismo. Ofereceram à França uma utopia baseada na pequena propriedade (basicamente rural), mas a França estava na verdade passando da desigualdade (e da opressão) feudal para a desigualdade (e a opressão) burguesa. No entanto, Robespierre mandou matar os líderes burgueses, e também os líderes do protoproletariado. A “estabilidade” jacobina foi ultralimitada: a França burguesa livrou-se logo do ditador utópico e “inocorrível”, que lhe tinha sido, porém, necessário para livrar à sociedade francesa das algemas aristocráticas, assegurando

desse modo o futuro do progresso burguês, conservador e anti-utópico par excellence. Mas a França (e a Europa) pobre, e depois proletária, não esqueceria Robespierre nem o jacobinismo.

A “lassidão” pós-revolucionária também significou reflexão, mas de um novo tipo, já não mais racional-idealista, como aquele que precedera à Revolução. Isaac Deutscher também constatou “o gritante declínio, nos anos da Revolução, do Império e da Restauração, da literatura que dera ao mundo Rousseau, Voltaire e os enciclopedistas... O extraordinário esforço de energia espiritual e gênio literário foi sucedido por uma situação de letargia e torpor”. Certamente, mas já não era possível um retorno ao otimismo iluminista, nem sequer um desenvolvimento linear deste. A impulsão histórica da Razão erigida em dogma tinha tocado seus limites. A revolução e seu declínio mostraram os limites históricos do racionalismo iluminista, e também impuseram a necessidade de sua negação e/ou superação, representadas respectivamente, de modo geral e oposto, pelo desencantamento romântico com a banalidade prosaica da burguesia, e pelo comunismo operário. Desde então, “o movimento ininterrupto de controvérsias originado da interpretação da Revolução Francesa constitui por si só uma história que se encaixa estreitamente na história geral”,¹³ refletindo suas novas contradições históricas. Edmund Burke, o liberal conservador inglês, criticou já no decorrer da revolução suas ingênuas ilusões milenaristas, repudiando o Terror e a ditadura revolucionária. Para Karl Marx, ao contrário, o jacobinismo forneceu um modelo geral revolucionário contemporâneo, capaz de “fazer andar o mundo de ponta cabeça”,¹⁴ ao representar a “vontade” como encarnação do “princípio da política (e) do Estado”, um momento de “genialidade”, em que o Terror sacrificou a sociedade burguesa (ou seja, a base material, econômica, da revolução) em favor de uma “concepção antiga [da Antiguidade] da vida política”, que entrou “em contradição violenta com suas próprias condições de existência, declarando o estado permanente da revolução”,

uma “ilusão trágica” desses homens, condenados à guilhotina por terem lutado contra a sociedade burguesa, defendendo simultaneamente, nos direitos do homem, o caráter sagrado dos princípios (as bases) dessa sociedade.¹⁵ Marx não vacilou em qualificar o jacobinismo de “enigma teórico e psicológico”. Um “enigma” ou incógnita sobre cuja interpretação estariam baseadas todas as concepções de ditadura e partido revolucionário ulteriores.

Nas interpretações posteriores reconheceu-se no jacobinismo, especialmente nos seus métodos e estruturas de organização centralizada, a grande matriz histórica dos partidos políticos modernos. No Dicionário de PolíticaI de Norberto Bobbio, o sucesso (efêmero, mas histórico) do jacobinismo foi explicado pela “atenção dada pelo organismo político à realidade física das classes sociais... A ascensão política dos jacobinos, graças à sua propaganda ativa contra os monopolizadores e parasitas de toda espécie, se configurou como momento hegemônico de todas as categorias produtivas”,¹⁶ uma definição em que a legitimidade histórica e política é sobreposta ao paradigma da vontade revolucionária. Ao longo de um século, a interpretação socialista (e, depois, marxista) da Revolução Francesa só teve como oposto radical a interpretação de base contrarrevolucionária, com Hyppolite Taine como principal representante (acompanhada ulteriormente por acadêmicos como Pierre Gaxotte). A crise crescente do “campo socialista” e da esquerda ocidental, a partir da segunda metade da década de 1970, junto à evolução da École des Annales sob a direção de Braudel, fez com que surgisse uma interpretação de cunho “revisionista”, originada na esquerda, e que foi depois identificada como expressão historiográfica do liberalismo econômico e político.

A contraposição completa com a análise “jacobina-marxista” da Revolução Francesa foi desenvolvida, com base no Alexis de Tocqueville de *L’ Ancien Régime et la Révolution*, por François Furet, ex marxista e principal representante do chamado “revisionismo liberal”. Para ele, a

Revolução Francesa não teria sido o evento fundador de uma nova sociedade: “A revolução, na verdade, é o desabrochar de nosso passado. Ela conclui a obra da monarquia. Longe de constituir uma ruptura, ela só pode ser compreendida na e pela continuidade histórica. Realiza essa continuidade nos fatos, ao mesmo tempo em que representa uma ruptura nas consciências”. Para Furet: “A vulgata marxista põe o mundo às avessas: situa a ruptura revolucionária no nível econômico e social, enquanto nada se parece mais com a sociedade francesa de Luis XVI do que a sociedade francesa sob Luis Filipe [monarca empossado em 1830]”. Em resumo, para o autor, a Revolução Francesa “substituiu a luta dos interesses pelo poder, pela concorrência de discursos para apropriar-se da sua legitimidade. Se só o povo tem o direito de governar, o poder estará nas mãos dos que falam em seu nome”.¹⁷ A luta de classes não teria sido o motor da revolução, pois “a recusa ao despotismo e a reivindicação liberal uniram no século XVIII uma grande parte da nobreza e as camadas superiores do Terceiro Estado”.¹⁸ Ruptura, portanto, apenas política, a revolução teria sido um episódio dentro de um continuum de “longa duração” (a constituição da nação francesa, a partir dos Capetos no século X) dentro do qual as revoluções seriam um fenômeno passageiro de agitação superficial, com um papel histórico de “inoportuno patético.”¹⁹ Para os revisionistas “liberais”, a Revolução Francesa teria conhecido um “deslize” (dérápape) do seu curso “natural” (liberal democrático) durante a república jacobina, período em que o tom “milenarista” ou “finalista” foi dado pela irrupção incontrolável das massas populares: onde os “jacobinos marxistas” situaram a própria essência da Revolução, os “revisionistas liberais” situaram sua negação. Chaussinand-Nogaret situou a origem do “deslize” na própria tomada da Bastilha.²⁰ Furet chegou a negar depois sua noção de dérápape. Os historiadores anglo-saxões que anteciparam e inspiraram os trabalhos de Furet (Alfred Cobban e R. R. Palmer) chamaram a “escola

jacobina” de interpretação histórica da revolução, simples e diretamente, de “historiografia comunista.”²¹

Historiadores liberais posteriores, incluindo discípulos anglo-saxões de Furet, tentaram explicar os infelizes avatares ulteriores do liberalismo francês (e, por extensão, do liberalismo mundial, exceção feita do mundo anglo-saxão) pelas contradições do projeto revolucionário francês e suas circunstâncias históricas específicas:

O valor inicial dos direitos (humanos) e a razão pela qual os autores da Revolução puseram tanto empenho em afirmá-los, provinha de seu uso como linguagem para justificar e legitimar a criação de um novo poder soberano (em França assim como nos EUA na mesma época). Jogando esse papel de validação, os direitos perderam seu outro sentido, mais antigo, de limitação do poder. Nos EUA, os mesmos direitos do ‘povo’ que se fizeram valer contra os britânicos para basear a independência, foram desenvolvidos nas primeiras dez emendas da Constituição para proteger o mesmo povo contra o novo governo. Houve um fenômeno semelhante na Constituição francesa, mas, enquanto nos EUA os direitos residuais (não abordados na Constituição) foram deixados aos cidadãos, na França a lei ganhou a partida (*rattrapa le jeu*).²²

O autor citado desenvolveu amplamente essa suposta contradição ab ovo da Revolução (por ele identificada como “falha”) para todas as fases históricas ulteriores do mundo originado na e da Revolução Francesa, nas quais teria se mantido mais ou menos incólume. Dai, segundo ele, o papel secundário ocupado pela ética pública normativa na história ulterior da França (e, por extensão, nas áreas do mundo influenciadas pela Revolução Francesa). Qualquer análise da revolução em que essa normatividade não fosse a chave interpretativa pecaria de “historicismo”. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de dobrar à história a um liberalismo ideal, posto em prática nas terras herdeiras da tradição de Locke e Hume (e, sobretudo, de Smith e Ricardo). Para fazer isto, procede-se a uma simplificação da revolução democrática (fazendo abstração do detalhe da manutenção da escravidão nos EUA, entre outros) e da história pós-revolucionária, que teria se afastado do ideal original (“1789”, para Furet; as revoluções inglesa

e americana, para os liberais anglo-saxões) de modo semelhante ao povo cristão que teria se afastado, para os teólogos, do ensinamento original do Messias da Terra. Furet viu a revolução como o fruto da (ilusória) “paixão pela igualdade” mais do que como consequência dos gargalos econômico-sociais: “Ex-comunista, queria advertir às novas gerações contra o erro fatal: ser habitado pelo espírito revolucionário”.²³

Nessa concepção, é perfeitamente lógico que se considere que os “autores da Revolução” (sic) inventaram os direitos do homem e do cidadão como uma “linguagem para justificar e legitimar a criação de um novo poder”:²⁴ assim como para Furet, seu mestre, para esse autor a Revolução n’en fut pas une, foi só (ou principalmente) um “novo discurso”, resultado de uma “concorrência de discursos para apropriar-se de sua (do poder) legitimidade”. Reduzir um direito de significado histórico universal, a uma linguagem é certamente superficial, e também contraditório vindo dos que criticam Marx por não enxergar qualquer significado transcendente nos direitos do homem.²⁵ Michel Vovelle, na França, confrontou-se com o revisionismo liberal, indicando que “substitui o conceito de revolução burguesa pela noção de elite, formação de caráter cultural, mais que socioeconômica”, observando que o revisionismo considera “um deslize a intrusão das massas populares (durante o período jacobino-terrorista) portadoras de uma ideologia passadista”, e criticando-lhe “a falta de um contributo de conhecimentos verdadeiramente novos sobre a revolução [pelo que] tem todo o ar de um exercício acadêmico em que, modificando a leitura de dados banalizados, se renova um discurso velho recorrendo a palavras mais recentes”.²⁶ O “discurso velho”, no caso, estava a serviço de objetivos novos (não a restauração monárquica, mas o neoliberalismo). Francis Furet e Denis Richet condenaram explicitamente a radicalização popular: “O mundo das reivindicações *sans-culotte* é um mundo sem hierarquia, sem singularidade, sem prestígio da fortuna ou do talento; um mundo onde deveria desaparecer tudo que evoca a palavra

maldita: aristocrata. Para além da revolução compreendida por [Jean] Jaurès, aparece outra: a das forças obscuras da miséria e da cólera.”²⁷ Por que? Por circunstâncias supostamente exteriores à Revolução: “Em 1792, a revolução foi levada pela guerra e pela pressão da multidão parisiense fora do caminho traçado pela inteligência e pela riqueza do século XVIII”; “A guerra continua, originando todos os desvios, todas as negações do ideal de 1789.”²⁸

Mas a guerra internacional (europeia) da França republicana contra as coalizões contrarrevolucionárias foi uma projeção interestatal das contradições internas da revolução, contradições que não poderiam ser separadas abstratamente, em nome de uma divisão nacional-territorial anacrônica (para as dinastias e as aristocracias governantes no século XVIII essas divisões careciam de importância, ou só possuíam importância secundária face à solidariedade, de caráter inclusive familiar, da nobreza). A invasão austro-prussiana visava restaurar (explicitamente) o pleno domínio político da monarquia francesa, provocando, em resposta, o mais poderoso fator de impulsão da revolução: a mobilização militar e o armamento geral da população (*aux armes, citoyens!*). Considerar o ódio de classe e suas expressões políticas só como uma força obscura da miséria e da cólera, é claramente um preconceito classista.²⁹ George Rudé distinguiu o momento em que a revolta popular carecia de independência política, em relação à sua direção burguesa, daquele em que, depois da derrota do jacobinismo, nas revoltas de Germinal e Prairial do ano III, 1795, houve “o ponto alto da ideologia popular independente durante a Revolução Francesa, quando os *sans-culottes* organizaram uma *journée* política própria, marcharam para derrubar a Assembleia com frases, bandeiras e líderes próprios, e expressaram suas exigências próprias, impregnadas de uma ideologia também própria.”³⁰ Daniel Guérin também enfatizou a progressiva independência política e ideológica das organizações populares em relação ao jacobinismo, para cuja potencialidade não colocou os rígidos limites de

classe postos por Lefebvre ou Soboul.³¹ Vovelle aprovou Rudé nesse ponto, mas questionou em Guérin “a possibilidade, nos conflitos de classe da época revolucionária, de um movimento popular com objetivos autônomos”, recusando, no entanto, a ideia revisionista de uma intervenção popular na revolução como portadora apenas de um obscurantismo de raízes primitivas. Ao estudar a “sensibilidade revolucionária” concluiu que as massas “realizaram uma adaptação pelo menos livre da visão da burguesia das Luzes [na qual] persistiam muitas sobrevivências tomadas de empréstimo de um fundo antigo, no qual a burguesia não se reconheceria [sem] esquecer que, também para essas massas, a visão do mundo havia mudado”.³² Por isso, acusou os discípulos “revisionistas” de Braudel de ocuparem-se apenas “da mobilidade do tempo das elites”: “Eu não estaria absolutamente pregando um compromisso burguês se declarasse que a criatividade do episódio revolucionário me parece, a um só tempo, inegável, mas complementar, da evolução que ela realiza, acelera e exprime, frequentemente através de linguagens e formas inesperadas.”

A defesa explícita do movimento popular na Revolução Francesa, contra sua negação preconceituosa, fez parte da defesa do caráter fundador da Revolução contra sua redução a um simples (e incômodo) episódio dentro de uma “progressão secular”, sem caráter de classe, e sem possibilidade de consciência fora das elites. Um evento também fechado em um estreito marco nacional que desconsidera o caráter internacional da ascensão das forças produtivas capitalistas, e da própria revolução por ela suscitada. No bicentenário da Revolução Francesa (1989) fez-se um elo, na França, entre as comemorações de 1789 e as de 1987 (ano inicial da dinastia dos Capetos, *Rex Francorum*) mítico marco do nascimento da “nação francesa”, um claro anacronismo histórico de base ideológica nacionalista, e uma tentativa de conciliação retroativa da revolução democrática com o Antigo Regime. Numa França governada em 1989 pelo Partido Socialista

(em coalizão com o Partido Comunista e outros pequenos grupos na “União das Esquerdas”), a presidência da comissão organizadora dos festejos do bicentenário coube a Michel Vovelle. Jean Baudrillard declarou ironicamente François Furet “Rei” da celebração, uma piada que era uma constatação da vitória ideológica do revisionismo liberal. Dentro da “longa duração” restrita ao marco francês, o caráter nacionalista da Revolução Francesa negou-se na sua natureza dialética, a de “uma revolução nacional na qual se manifesta na sua forma clássica a luta mundial da ordem social burguesa pelo domínio, o poder e a vitória indivisível dentro do marco nacional.”³³ Uma vez institucionalizada, da Revolução Francesa se reteve como digno de interesse e, sobretudo, de celebração, apenas o ano de 1789, ou seja, o regime político que foi capaz de conciliar povo, burguesia e monarquia constitucional, liberalismo e democracia, negando o caráter contraditório e instável desse compromisso político, e a ruptura revolucionária através da qual ele foi superado. Não é só a revolução quem devora seus filhos: os filhos da revolução também devoram sua mãe, quando necessário. Graças à “Grande Revolução”, França se transformou no centro político do mundo (e Paris na “capital do século XIX”, na metáfora de Walter Benjamin), um mundo em transformação ininterrupta, cujo centro econômico vital se situava, no entanto, do outro lado do Canal da Mancha.

Notas

* Doutor e professor titular na USP. Autor ou organizador de mais de 60 livros. E-mail: coggiol@hotmail.com.

¹ Maximilien Robespierre, em fevereiro de 1794.

² Leon Trotsky, História da Revolução Russa.

³ ZWEIG, Stefan. *Le Monde d'Hier*. Paris. Albin Michel, 1948, p. 118.

⁴ THIREAU, Jean-Louis. *Op. Cit.*, p. 271. Nesse ponto, a Revolução Francesa foi perfeita (ou consequente) expressão da filosofia (ideologia) de seu tempo.

Hegel iniciou os seus *Princípios da Filosofia do Direito* postulando a completa separação da razão em relação à história, ou seja, em relação à experiência concreta dos homens no tempo: “O estudo da origem e desenvolvimento das regras jurídicas tais como aparecem no tempo, trabalho puramente histórico, bem como a descoberta de sua coerência lógica formal com a situação jurídica já existente, constituem investigações que, no seu domínio próprio, não deixam de ter valor e interesse. Mas ficam à margem da investigação filosófica, pois o que se desenvolve sobre bases históricas não pode se confundir com o desenvolvimento a partir do conceito, nem a legitimação ou a explicação históricas atingem jamais o alcance de uma justificação em si e para si”.

⁵ BOULOISEAU, Marc. *La République Jacobine*. 10 Août 1792 - 9 Thermidor An II. Paris. Seuil, 1969.

⁶ Ernest Labrousse. *Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIIIè Siècle*. Paris. Dalloz, 1933.

⁷ Ernest Labrousse. La crisi dell'economia francese alla fine dell'Antico Regime e all'inizio della Rivoluzione. *Come Nascono le Rivoluzioni*. Economia e politica nella Francia del XVIII e XIX secolo. Torino. Bollati Boringhieri, 1989, p. 86.

⁸ “*Mais alors, c'est une revoltel... Non, sire, c'est une révolution*”, foi o suposto “diálogo” entre Luis XVI e o membro de sua corte versalhesa.

⁹ BURKE, Edmund. Réflexions sur la révolution em France. In: Frédéric Worms. *Droits de l'Homme et Philosophie*. Paris. CNRS, 2009, p. 115. Grifado no original

¹⁰ PALMER, R. R. Da guerra dinástica à guerra nacional. In: Peter Paret. *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 2001, p.163.

¹¹ GUÉRIN, Daniel. *As Lutas de Classe na França durante a I República*. Bourgeois et bras-nus. Lisboa. A Regra do Jogo, 1977.

¹² PLEKHANOV, George. *La Concepción Materialista de la Historia*. Buenos Aires. Biblioteca Dialéctica, 1937, p. 56.

¹³ GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa. Mitos e interpretações*. São Paulo. Perspectiva, 1981, p. 13.

¹⁴ Expressão também usada por Christopher Hill para se referir ao período de hegemonia parlamentar dos *levellers*, os “jacobinos ingleses”, durante a Revolução Inglesa do século XVII.

¹⁵ Polemizando com Trotsky (que o qualificara pejorativamente de “jacobino”), Lênin definiu o social-democrata revolucionário como um “jacobino ligado indissolavelmente à organização do proletariado consciente de seus interesses de classe”. Antonio Gramsci, nos seus *Cadernos do Cárcere*, definiu o jacobinismo como o diferencial essencial entre o Estado Moderno francês nascido da Revolução (com R maiúsculo) e os outros Estados Modernos da Europa continental, nascidos de “revoluções passivas”, interrogando-se sobre o jacobinismo “no sentido integral que teve historicamente, e que deve ter como conceito”.

¹⁶ BONGIOVANNI, Bruno. Jacobinismo. In: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília. Editora UnB, 1986.

-
- ¹⁷ FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris. Gallimard, 1978, p. 73.
- ¹⁸ FURET, François; RICHEL, Denis. *La Révolution Française*. Paris. Fayard, 1973, p. 93.
- ¹⁹ Expressão usada por Fernand Braudel.
- ²⁰ CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. *A Queda da Bastilha*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1989.
- ²¹ COBBAN, Alfred. *A Interpretação Social da Revolução Francesa*. Lisboa. Gradiva, 1988.
- ²² JUDT, Tony. *Un Passé Imparfait*. Paris. Fayard, 1992, p. 276.
- ²³ PROCHASSON, Christophe. *François Furet*. Les chemins de la mélancolie. Paris. Stock, 2013.
- ²⁴ JUDT, Tony *Op. Cit.*, 1992.
- ²⁵ Para Marx, na ideia de “direitos do homem” em geral, o homem, passa a ser definido pelo seu ser egoísta, enquanto partícipe do mercado: esses direitos proclamam uma emancipação exemplar no âmbito político, mas inexistente no âmbito privado (“os direitos do homem se detêm na porta da fábrica”, dentro dela reinam a escravidão assalariada e a extração da mais-valia).
- ²⁶ VOVELLE, Michel. *Breve História da Revolução Francesa*. Lisboa. Presença, 1986.
- ²⁷ Grifo nosso.
- ²⁸ FURET, François. *Op. Cit.* Grifo nosso.
- ²⁹ Para Hannah Arendt, no seu *Ensaio sobre a Revolução*, “a liberdade tem sido melhor defendida nos países onde jamais houve uma revolução”, devido a que as organizações populares revolucionárias não saberiam distinguir entre política e economia, toda vez que os “pobres” são primordialmente determinados pelas “necessidades” mais do que pela “liberdade”, isto é, por motivos econômicos, não por motivos políticos. “Isto é falso”, comentou secamente Eric Hobsbawm num breve artigo crítico sobre a filósofa alemã (incluído na sua coletânea *Revolucionários*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982, p. 206).
- ³⁰ RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro. Zahar, 1982, p. 103.
- ³¹ GUÉRIN, Daniel. *A Luta de Classes em França na I República*. Lisboa. A Regra do Jogo, 1977.
- ³² VOVELLE, Michel. Le tournant des mentalités en France: 1750-1789. In: *Social History* n° 5, Londres, maio 1977.
- ³³ TROTSKY, Leon. 1789-1848-1905. *Resultados y Perspectivas*. Buenos Aires. El Yunque, 1975, p. 28.

Data de envio: 25/06/2013

Data de aceite: 30/06/2013